



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

## **PROJETO DE LEI N.º 3.552-A, DE 2021** **(Do Sr. Carlos Bezerra)**

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito brasileiro, para obrigar os fabricantes de ciclomotores e motonetas de baixa cilindrada a registrar o número do chassi dos veículos na Base de Índice Nacional (BIN); tendo parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, pela rejeição (relator: DEP. LAFAYETTE DE ANDRADA).

**NOVO DESPACHO:**

ÀS COMISSÕES DE:

DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO;  
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS;  
VIAÇÃO E TRANSPORTES; E  
CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54 RICD).

**APRECIÇÃO:**

Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II

### **SUMÁRIO**

I - Projeto inicial

II - Na Comissão de Desenvolvimento Econômico:

- Parecer do relator
- Parecer da Comissão

**PROJETO DE LEI Nº           , DE 2021**  
(Do Sr. CARLOS BEZERRA)

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito brasileiro, para obrigar os fabricantes de ciclomotores e motonetas de baixa cilindrada a registrar o número do chassi dos veículos na Base de Índice Nacional (BIN).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 129 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescido do seguinte parágrafo único:

“Art. 129.....

Parágrafo único. Em qualquer caso, é exigido do fabricante de ciclomotores e de motonetas cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos o registro do número do chassi dos veículos no cadastro da Base De Índice Nacional (BIN) do sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores ( RENAVAL) na forma prevista no art. 114 e regulamentada pelo CONTRAN (NR).”

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

## **JUSTIFICAÇÃO**

O uso de ciclomotores é um fenômeno tão tipicamente urbano, com intensidade e feições variando tanto de cidade para cidade, que o legislador de trânsito entendeu, como mais conveniente, deixar a critério dos municípios a regulamentação do registro e licenciamento dos veículos da categoria. É o que dispõe o art. 129 do Código de Trânsito Brasileiro (CTB), em sintonia com o art. 24, XVII, da mesma lei, segundo o qual “compete aos



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212345222300>



órgãos e entidades executivos de trânsito dos municípios, no âmbito de sua circunscrição, registrar e licenciar, na forma da legislação, ciclomotores, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, atuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações”

Durante muito tempo, a questão teve poucos desdobramentos no âmbito municipal, só vindo à tona com o aumento do uso de ciclomotores de de motonetas nas cidades e o conseqüente agravamento das dificuldades enfrentadas pelos órgãos de trânsito para disciplinar a sua circulação. Note-se que, na situação predominante hoje, os proprietários de veículos com cilindrada não superior a cinquenta centímetros cúbicos veem na dispensa de registro e licenciamento um dos principais fatores determinantes do sensível aumento do número de roubos dessa categoria de veículos.

Admitindo-se que a identificação dos veículos é requisito indispensável ao pleno exercício da fiscalização, alguns municípios brasileiros orientam-se atualmente no sentido de implementar o registro e o licenciamento de ciclomotores, conforme lhes autoriza o CTB. Sem isso, na melhor das hipóteses, qualquer fiscalização permanecerá restrita a operações especiais, quando o veículo pode ser parado e o condutor, abordado pelo agente de trânsito.

Ocorre que propostas desse tipo têm esbarrado sistematicamente na inexistência de registro dos veículos da categoria nas bases de dados oficiais, já que os fabricantes não são obrigados a fazê-lo. Se não há registro do número do chassi do veículo no cadastro da Base de Índice Nacional (BIN), o veículo não figura no Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM) e não pode ser objeto de registro e licenciamento quando do interesse do município. Isso impede que órgãos executivos de trânsito locais levem adiante seus propósitos de exercer um controle mais rigoroso sobre a circulação dos “duas rodas” de baixa cilindrada. Em outras palavras, a falta de uma simples informação do fabricante estaria restringindo a iniciativa municipal, no exercício da competência prevista no art. 129 do CTB.



O Projeto que apresentamos visa, assim, a contornar essa dificuldade, observado que, por analogia com os ciclomotores- definidos no CTB, como “ veículos de duas ou três rodas, provido de um motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos (3,05 polegadas cúbicas) e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a cinquenta quilômetros por hora”-, o registro obrigatório do número do chassi nas bases de dados oficiais estender-se-ia também às motonetas com cilindrada compatível com a dos ciclomotores.

Pelo exposto, estamos certos de que o projeto receberá o apoio necessário a sua aprovação.

Sala das Sessões, em            de            de 2021.

Deputado CARLOS BEZERRA



Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Bezerra  
Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD212345222300>



**LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA**  
 Coordenação de Organização da Informação Legislativa - CELEG  
 Serviço de Tratamento da Informação Legislativa - SETIL  
 Seção de Legislação Citada - SELEC

**LEI Nº 9.503, DE 23 DE SETEMBRO DE 1997**

Institui o Código de Trânsito Brasileiro.

**O PRESIDENTE DA REPÚBLICA**

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

.....

**CAPÍTULO II**  
**DO SISTEMA NACIONAL DE TRÂNSITO**

.....

**Seção II**  
**Da Composição e da Competência do Sistema Nacional de Trânsito**

.....

Art. 24. Compete aos órgãos e entidades executivos de trânsito dos Municípios, no âmbito de sua circunscrição:

I - cumprir e fazer cumprir a legislação e as normas trânsito, no âmbito de suas atribuições;

II - planejar, projetar, regulamentar e operar o trânsito de veículos, de pedestres e de animais e promover o desenvolvimento, temporário ou definitivo, da circulação, da segurança e das áreas de proteção de ciclistas; *(Inciso com redação dada pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação)*

III - implantar, manter e operar o sistema de sinalização, os dispositivos e os equipamentos de controle viário;

IV - coletar dados estatísticos e elaborar estudos sobre os acidentes de trânsito e suas causas;

V - estabelecer, em conjunto com os órgão de polícia ostensiva de trânsito, as diretrizes para o policiamento ostensivo de trânsito;

VI - executar a fiscalização de trânsito em vias terrestres, edificações de uso público e edificações privadas de uso coletivo, autuar e aplicar as medidas administrativas cabíveis e as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, no exercício regular do poder de polícia de trânsito, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar, exercendo iguais atribuições no âmbito de edificações privadas de uso coletivo, somente para infrações de uso de vagas reservadas em estacionamentos; *(Inciso acrescido pela Lei nº 13.281, de 4/5/2016, publicada no DOU de 5/5/2016, em vigor 180 dias após a publicação)*

VII - aplicar as penalidades de advertência por escrito e multa, por infrações de circulação, estacionamento e parada previstas neste Código, notificando os infratores e arrecadando as multas que aplicar;

VIII - fiscalizar, autuar e aplicar as penalidades e medidas administrativas cabíveis relativas a infrações por excesso de peso, dimensões e lotação dos veículos, bem como notificar e arrecadar as multas que aplicar;

IX - fiscalizar o cumprimento da norma contida no art. 95, aplicando as penalidades arrecadando as multas nele previstas;

X - implantar, manter e operar sistema de estacionamento rotativo pago nas vias;

XI - arrecadar valores provenientes de estada e remoção de veículos e objetos, e escolta de veículos de cargas superdimensionadas ou perigosas;

XII - credenciar os serviços de escolta, fiscalizar e adotar medidas de segurança relativas aos serviços de remoção de veículos, escolta e transporte de carga indivisível;

XIII - integrar-se a outros órgãos e entidades do Sistema Nacional de Trânsito para fins de arrecadação e compensação de multas impostas na área de sua competência, com vistas à unificação do licenciamento, à simplificação e à celeridade das transferências de veículos e de prontuários dos condutores de uma para outra unidade da Federação;

XIV - implantar as medidas da Política Nacional de Trânsito e do Programa Nacional de Trânsito;

XV - promover e participar de projetos e programas de educação e segurança de trânsito de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo CONTRAN;

XVI - planejar e implantar medidas para redução da circulação de veículos e reorientação do tráfego, com o objetivo de diminuir a emissão global de poluentes;

XVII - registrar e licenciar, na forma da legislação, veículos de tração e propulsão humana e de tração animal, fiscalizando, autuando, aplicando penalidades e arrecadando multas decorrentes de infrações; [\*\(Inciso com redação dada pela Lei nº 13.154, de 30/7/2015\)\*](#)

XVIII - conceder autorização para conduzir veículos de propulsão humana e de tração animal;

XIX - articular-se com os demais órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no Estado, sob coordenação do respectivo CETRAN;

XX - fiscalizar o nível de emissão de poluentes e ruído produzidos pelos veículos automotores ou pela sua carga, de acordo com o estabelecido no art. 66, além de dar apoio às ações específicas de órgão ambiental local, quando solicitado;

XXI - vistoriar veículos que necessitem de autorização especial para transitar e estabelecer os requisitos técnicos a serem observados para a circulação desses veículos;

XXII - aplicar a penalidade de suspensão do direito de dirigir, quando prevista de forma específica para a infração cometida, e comunicar a aplicação da penalidade ao órgão máximo executivo de trânsito da União; [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação\)\*](#)

XXIII - criar, implantar e manter escolas públicas de trânsito, destinadas à educação de crianças e adolescentes, por meio de aulas teóricas e práticas sobre legislação, sinalização e comportamento no trânsito. [\*\(Inciso acrescido pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação\)\*](#)

§ 1º As competências relativas a órgão ou entidade municipal serão exercidas no Distrito Federal por seu órgão ou entidade executivos de trânsito.

§ 2º Para exercer as competências estabelecidas neste artigo, os Municípios deverão integrar-se ao Sistema Nacional de Trânsito, por meio de órgão ou entidade executivos de trânsito ou diretamente por meio da prefeitura municipal, conforme previsto no art. 333 deste Código. [\*\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação\)\*](#)

Art. 25. Os órgãos e entidades executivos do Sistema Nacional de Trânsito poderão celebrar convênio delegando as atividades previstas neste Código, com vistas a maior eficiência e à segurança para os usuários da via.

§ 1º Os órgãos e entidades de trânsito poderão prestar serviços de capacitação técnica, assessoria e monitoramento das atividades relativas ao trânsito durante prazo a ser

estabelecido entre as partes, com ressarcimento dos custos apropriados. ([Parágrafo único transformado em § 1º pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020](#))

§ 2º Quando não houver órgão ou entidade executivos de trânsito no respectivo Município, o convênio de que trata o *caput* deste artigo poderá ser celebrado diretamente pela prefeitura municipal com órgão ou entidade que integre o Sistema Nacional de Trânsito, permitido, inclusive, o consórcio com outro ente federativo. ([Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação](#))

Art. 25-A. Os agentes dos órgãos policiais da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, a que se referem o inciso IV do *caput* do art. 51 e o inciso XIII do *caput* do art. 52 da Constituição Federal, respectivamente, mediante convênio com o órgão ou entidade de trânsito com circunscrição sobre a via, poderão lavrar auto de infração de trânsito e remetê-lo ao órgão competente, nos casos em que a infração cometida nas adjacências do Congresso Nacional ou nos locais sob sua responsabilidade comprometer objetivamente os serviços ou colocar em risco a incolumidade das pessoas ou o patrimônio das respectivas Casas Legislativas.

Parágrafo único. Para atuarem na fiscalização de trânsito, os agentes mencionados no *caput* deste artigo deverão receber treinamento específico para o exercício das atividades, conforme regulamentação do Contran. ([Artigo acrescido pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação](#))

.....

## CAPÍTULO IX DOS VEÍCULOS

.....

### Seção III Da Identificação do Veículo

Art. 114. O veículo será identificado obrigatoriamente por caracteres gravados no chassi ou no monobloco, reproduzidos em outras partes, conforme dispuser o CONTRAN.

§ 1º A gravação será realizada pelo fabricante ou montador, de modo a identificar o veículo, seu fabricante e as suas características, além do ano de fabricação, que não poderá ser alterado.

§ 2º As regravações, quando necessárias, dependerão de prévia autorização da autoridade executiva de trânsito e somente serão processadas por estabelecimento por ela credenciado, mediante a comprovação de propriedade do veículo, mantida a mesma identificação anterior, inclusive o ano de fabricação.

§ 3º Nenhum proprietário poderá, sem prévia permissão da autoridade executiva de trânsito, fazer, ou ordenar que faça, modificações da identificação de seu veículo.

Art. 115. O veículo será identificado externamente por meio de placas dianteira e traseira, sendo esta lacrada em sua estrutura, obedecidas as especificações e modelos estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 1º Os caracteres das placas serão individualizados para cada veículo e o acompanharão até a baixa do registro, sendo vedado seu reaproveitamento.

§ 2º As placas com as cores verde e amarela da Bandeira Nacional serão usadas somente pelos veículos de representação pessoal do Presidente e do Vice-Presidente da República, dos Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos deputados, do Presidente e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros de Estado, do Advogado-Geral da União

e do Procurador-Geral da República.

§ 3º Os veículos de representações dos Presidentes dos Tribunais Federais, dos Governadores, Prefeitos, Secretários Estaduais e Municipais, dos Presidentes das Assembléias Legislativas, das Câmaras Municipais, dos Presidentes dos Tribunais Estaduais e do Distrito Federal, e do respectivo chefe do Ministério Público e ainda dos Oficiais Gerais das Forças Armadas terão placas especiais, de acordo com os modelos estabelecidos pelo CONTRAN.

§ 4º Os aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria de qualquer natureza ou a executar trabalhos de construção ou de pavimentação são sujeitos ao registro na repartição competente, se transitarem em via pública, dispensados o licenciamento e o emplacamento. [\(Parágrafo com redação dada pela Lei nº 13.154, de 30/7/2015\)](#)

§ 4º-A. Os tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas, desde que facultados a transitar em via pública, são sujeitos ao registro único, sem ônus, em cadastro específico do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, acessível aos componentes do Sistema Nacional de Trânsito. [\(Parágrafo acrescido pela Medida Provisória nº 673, de 31/3/2015 e com redação dada pela Lei nº 13.154, de 30/7/2015\)](#)

§ 5º O disposto neste artigo não se aplica aos veículos de uso bélico.

§ 6º Os veículos de duas ou três rodas são dispensados da placa dianteira.

§ 7º Excepcionalmente, mediante autorização específica e fundamentada das respectivas corregedorias e com a devida comunicação aos órgãos de trânsito competentes, os veículos utilizados por membros do Poder Judiciário e do Ministério Público que exerçam competência ou atribuição criminal poderão temporariamente ter placas especiais, de forma a impedir a identificação de seus usuários específicos, na forma de regulamento a ser emitido, conjuntamente, pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, pelo Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP e pelo Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 12.694, de 24/7/2012, publicada no DOU de 25/7/2012, em vigor 90 dias após a publicação\)](#)

§ 8º Os veículos artesanais utilizados para trabalho agrícola (jericos), para efeito do registro de que trata o §4º-A, ficam dispensados da exigência prevista no art. 106. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.154, de 30/7/2015\)](#)

§ 9º As placas que possuem tecnologia que permita a identificação do veículo ao qual estão atreladas são dispensadas da utilização do lacre previsto no *caput*, na forma a ser regulamentada pelo Contran. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 13.281, de 4/5/2016, publicada no DOU de 5/5/2016, em vigor 180 dias após a publicação\)](#)

§ 10. O Contran estabelecerá os meios técnicos, de uso obrigatório, para garantir a identificação dos veículos que transitarem por rodovias e vias urbanas com cobrança de uso pelo sistema de livre passagem. [\(Parágrafo acrescido pela Lei nº 14.157, de 1º/6/2021\)](#)

.....

## CAPÍTULO XI

### DO REGISTRO DE VEÍCULOS

.....

Art. 129. O registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana e dos veículos de tração animal obedecerão à regulamentação estabelecida em legislação municipal do domicílio ou residência de seus proprietários. [\(Artigo com redação dada pela Lei nº 13.154, de 30/7/2015\)](#)

Art. 129-A. O registro dos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas será efetuado, sem ônus, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente ou mediante

convênio. [Artigo acrescido pela Lei nº 13.154, de 30/7/2015](#)

Art. 129-B. O registro de contratos de garantias de alienação fiduciária em operações financeiras, consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor será realizado nos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, em observância ao disposto no § 1º do art. 1.361 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). [Artigo acrescido pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação](#)

## CAPÍTULO XII DO LICENCIAMENTO

Art. 130. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica a veículo de uso bélico.

§ 2º No caso de transferência de residência ou a domicílio, é válido, durante o exercício, o licenciamento de origem.

Art. 129. O registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana e dos veículos de tração animal obedecerão à regulamentação estabelecida em legislação municipal do domicílio ou residência de seus proprietários. [Artigo com redação dada pela Lei nº 13.154, de 30/7/2015](#)

Art. 129-A. O registro dos tratores e demais aparelhos automotores destinados a puxar ou a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas será efetuado, sem ônus, pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, diretamente ou mediante convênio. [Artigo acrescido pela Lei nº 13.154, de 30/7/2015](#)

Art. 129-B. O registro de contratos de garantias de alienação fiduciária em operações financeiras, consórcio, arrendamento mercantil, reserva de domínio ou penhor será realizado nos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, em observância ao disposto no § 1º do art. 1.361 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais). [Artigo acrescido pela Lei nº 14.071, de 13/10/2020, publicada no DOU de 14/10/2020, em vigor 180 dias após a publicação](#)

## CAPÍTULO XII DO LICENCIAMENTO

Art. 130. Todo veículo automotor, elétrico, articulado, reboque ou semi-reboque, para transitar na via, deverá ser licenciado anualmente pelo órgão executivo de trânsito do Estado, ou do Distrito Federal, onde estiver registrado o veículo.

§ 1º O disposto neste artigo não se aplica a veículo de uso bélico.

§ 2º No caso de transferência de residência ou a domicílio, é válido, durante o exercício, o licenciamento de origem.

.....  
.....



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Lafayette de Andrada**  
Vice-Líder do **REPUBLICANOS**

1  
1

## COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

### PROJETO DE LEI Nº 3.552, DE 2021

Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito brasileiro, para obrigar os fabricantes de ciclomotores e motonetas de baixa cilindrada a registrar o número do chassi dos veículos na Base de Índice Nacional (BIN).

**Autor:** Deputado CARLOS BEZERRA

**Relator:** Deputado LAFAYETTE DE ANDRADA

## I - RELATÓRIO

O art. 129 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 – Código de Trânsito Brasileiro, define que o registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana e dos veículos de tração animal obedecerão à regulamentação estabelecida em legislação municipal do domicílio ou residência de seus proprietários.

O Projeto de Lei em pauta, de autoria do ilustre Deputado Carlos Bezerra, acrescenta parágrafo único ao mencionado dispositivo exigindo que o fabricante de ciclomotores e de motonetas - cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos – proceda o registro do número do chassi dos veículos no cadastro da Base De Índice Nacional (BIN) do sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), na forma prevista no art. 114: O veículo será identificado obrigatoriamente por caracteres gravados no chassi

Apresentação: 31/03/2026 15:51:24.857 - CDE  
PRL 1 CDE => PL 3552/2021

PRL n.1



\* C D 2 6 9 1 7 5 7 4 5 1 0 0 \*



**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Lafayette de Andrada**  
**Vice-Líder do REPUBLICANOS**

2  
2

ou no monobloco, reproduzidos em outras partes, conforme dispuser o CONTRAN.

Além desta Comissão, a proposição foi distribuída às Comissões de Constituição e Justiça e de Cidadania, Viação e Transportes e de Indústria, Comércio e Serviços, estando sujeita à apreciação conclusiva das comissões em regime de tramitação ordinário.

No prazo regimental, não foram apresentadas emendas.

É o relatório

## **II - VOTO DO RELATOR**

O art. 129 do Código de Trânsito Brasileiro, com redação dada pela Lei nº 13.154, de 2015, dispõe que o registro e o licenciamento dos veículos de propulsão humana e dos veículos de tração animal obedecerão à regulamentação estabelecida em legislação municipal do domicílio ou residência de seus proprietários. O parágrafo único acrescentado pelo Projeto em análise coloca uma exceção a essa regra definindo que será exigido do fabricante de ciclomotores e de motonetas, cuja cilindrada não exceda a cinquenta centímetros cúbicos, o registro do número do chassi dos veículos no cadastro da Base De Índice Nacional (BIN) do sistema de Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), na forma prevista no art. 114 e regulamentada pelo CONTRAN.

A questão relevante que se pretendeu solucionar com a proposição é a de que o registro do número do chassi representaria um dos principais inibidores do roubo dos veículos em geral. Sendo assim, a justificção do autor do Projeto apontou que *“na situação predominante hoje, os proprietários de veículos com cilindrada não superior a cinquenta centímetros cúbicos veem na dispensa de registro e licenciamento um dos principais fatores determinantes do sensível aumento do número de roubos*





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Lafayette de Andrada**  
**Vice-Líder do REPUBLICANOS**

3  
3

*dessa categoria de veículos”. Acertadamente, o autor aduz que “a identificação dos veículos é requisito indispensável ao pleno exercício da fiscalização, alguns municípios brasileiros orientam-se atualmente no sentido de implementar o registro e o licenciamento de ciclomotores, conforme lhes autoriza o Código de Trânsito Brasileiro (CTB)”.*

Entretanto, importa esclarecer que, em que pese a boa intenção do autor, os veículos dispostos no art. 129, o qual se pretende alterar com a presente proposição, são aqueles de “propulsão humana” que, segundo dispõe o próprio CTB, seriam as bicicletas, carros de mão e ciclos.

As motonetas são consideradas pela legislação como “veículos automotores de duas rodas, dirigido por condutor em posição sentada”; e os ciclomotores, “veículo de 2 (duas) ou 3 (três) rodas, provido de motor de combustão interna, cuja cilindrada não exceda a 50 cm<sup>3</sup> (cinquenta centímetros cúbicos) ou de motor de propulsão elétrica com potência máxima de 4 kW (quatro quilowatts), e cuja velocidade máxima de fabricação não exceda a 50 Km/h (cinquenta quilômetros por hora)”.

Portanto, a alteração pretendida, ao ser feita no art. 129, salvo melhor juízo, *di per si*, já estaria equivocada porque motoneta e ciclomotor não são de propulsão humana.

Ademais, conforme disposto no art. 134-A do CTB, “o Contran especificará as bicicletas motorizadas e equipados não sujeitos ao registro, ao licenciamento e ao emplacamento para circulação nas vias”.

Nesse sentido, a Resolução CONTRAN nº 996, de 15 de junho de 2023, que dispõe sobre o trânsito, em via pública, de ciclomotores, bicicletas elétricas e equipamentos de mobilidade individual autopropelidos, estabeleceu em seu art. 12 que “as bicicletas elétricas e os equipamentos de mobilidade individual autopropelidos **não são sujeitos ao registro**, ao licenciamento e ao emplacamento para circulação nas vias, conforme art. 134-A do CTB”. Assim são considerados aqueles que **não ultrapassem a velocidade máxima de fabricação não superior a 32 km/h** (trinta e dois quilômetros por hora).





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Lafayette de Andrada**  
**Vice-Líder do REPUBLICANOS**

4  
4

A Resolução em questão considera, para todos os efeitos, que motonetas e ciclomotores estão sujeitos ao registro (art. 2º):

§6º A bicicleta ou o equipamento cuja cilindrada, potência ou velocidade máxima de fabricação **for superior às definidas para o equipamento de mobilidade individual autopropelido** deve ser classificado como ciclomotor, motocicleta, motoneta ou triciclo, conforme o caso.

§ 7º O veículo cuja cilindrada, potência ou velocidade máxima de fabricação for superior às definidas para ciclomotor deve ser classificado como motocicleta, motoneta ou triciclo, conforme o caso.

Assim, o art. 13, prevê que:

Art. 13. Para o registro e o licenciamento de ciclomotores junto aos órgãos ou entidades executivos de trânsito dos Estados e do Distrito Federal, deve ser exigida a apresentação dos seguintes documentos:

.....  
**Parágrafo único. Compete aos fabricantes, órgão alfandegário e/ou importadores a realização de pré-cadastro no Registro Nacional de Veículos Automotores (RENAVAM), dos ciclomotores fabricados ou importados a partir da entrada em vigor desta Resolução.**

A proposta em tela intentava prever a necessidade de registro para aqueles veículos que estariam num limbo normativo: entre a velocidade de 32km (em que não se exige registro) e de 50 km (categoria que se incluem





**CÂMARA DOS DEPUTADOS**  
Gabinete do Deputado **Lafayette de Andrada**  
**Vice-Líder do REPUBLICANOS**

5  
5

as motonetas e ciclomotores). Contudo, a legislação vigente já os considera como ciclomotor ou motoneta, para todos os efeitos jurídicos.

Não há, portanto, um hiato normativo, já que os veículos que atinjam até 32km não estão sujeitos ao registro e todos aqueles que atinjam velocidade superior são considerados como ciclomotor, motocicleta, motoneta ou triciclo, e necessitam de registro.

Impende ressaltar que a Resolução do CONTRAN foi publicada em 22 de junho de 2023 e entrou em vigor no dia 3 de julho do mesmo ano. Ou seja, a norma foi posterior ao presente Projeto de Lei.

Então, tendo em vista que a proposta não inova no ordenamento jurídico somos, portanto, pela REJEIÇÃO do Projeto de Lei nº 3.552, de 2021.

Sala da Comissão, em 31 de março de 2026.

Deputado LAFAYETTE DE ANDRADA  
Relator

Apresentação: 31/03/2026 15:51:24.857 - CDE  
PRL 1 CDE => PL 3552/2021

PRL n.1



\* C D 2 6 9 1 7 5 7 4 5 1 0 0 \*



Câmara dos Deputados

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**PROJETO DE LEI Nº 3.552, DE 2021**

**III - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Desenvolvimento Econômico, em reunião extraordinária realizada hoje, mediante votação ocorrida por processo simbólico, concluiu pela rejeição do Projeto de Lei nº 3.552/2021, nos termos do Parecer do Relator, Deputado Lafayette de Andrada.

Registraram presença à reunião os seguintes membros:

Jadyel Alencar - Presidente, Felipe Carreras, Julio Lopes, Luiz Gastão, Mauricio Marcon, Zé Neto, Zucco, Adriana Ventura, Any Ortiz, Augusto Coutinho, Bia Kicis, Gilson Daniel, Helder Salomão, Lafayette de Andrada, Vitor Lippi e Zé Adriano.

Sala da Comissão, em 08 de abril de 2026.

Deputado JADYEL ALENCAR  
Presidente



**FIM DO DOCUMENTO**